

O TRABALHO COLABORATIVO: UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO NA APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Co-teaching: teaching strategy in learning of students with intellectual disability

Aline Nathalia Marques¹

Márcia Duarte²

Resumo: A adaptação curricular é estratégia de ensino para possibilitar aos alunos com deficiência intelectual uma maneira de obter os conteúdos curriculares. Para viabilizar essa estratégia, professores do ensino regular e da educação especial precisam trabalhar juntos. O Ensino Colaborativo é um modelo que visa à parceria entre os professores da educação especial e do ensino regular para que eles planejem juntos as ações em sala de aula, para o desenvolvimento escolar e social do aluno com deficiência. Este trabalho teve por objetivo: analisar o trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual e verificar segundo a visão dos professores como o ensino colaborativo auxilia na elaboração das adaptações curriculares para o aluno com deficiência intelectual. O estudo teve como base os referenciais de pesquisa qualitativa, a partir da perspectiva de micro estudo. Os dados foram coletados em duas escolas do Ensino Fundamental da rede municipal de uma cidade de médio porte do estado de São Paulo. Participaram deste

¹ Licenciada em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Endereço eletrônico: aline_marques17@hotmail.com.

² Doutora em Educação Escolar e professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos. Endereço eletrônico: marciaduar@yahoo.com.br.

R. de Ciências Humanas	Fredererico Westphalen	v. 14	n. 23	p. 87 - 103	Dez. 2011. Recebido em: 7 set 2013 Aprovado em: 29 nov. 2013
------------------------	------------------------	-------	-------	-------------	---

estudo quatro professores do ensino regular e dois professores da educação especial, que tinham em comum o mesmo aluno com deficiência intelectual. Como instrumento de coleta foram utilizados dois roteiros semiestruturados de entrevistas (um para o professor de educação especial e outro para o professor regular), um roteiro semiestruturado de observação participante e registro em diário de campo. Os dados foram organizados e analisados com base em categorias de análises. Com os resultados da pesquisa, identificou-se que os professores encontram dificuldades em estabelecer uma parceria colaborativa, devido ao pouco tempo que ambos têm para planejarem juntos os conteúdos a serem trabalhados nas aulas.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Colaborativo. Adaptação Curricular. Deficiência intelectual.

INTRODUÇÃO

Hoje, as discussões sobre os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais de frequentarem a sala comum não são mais novidades e que ainda continuam a ser defendidas. Como é previsto em Lei, pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), os alunos público-alvo das políticas de educação especial³ devem ser matriculados na escola do ensino regular.

A escola, enquanto instituição social, sempre se deparou com a necessidade de lidar com as diferenças dos alunos na sala de aula. A proposta de uma perspectiva inclusiva para educação nacional tem gerado diversos movimentos em busca de métodos e estratégias para garantir a permanência, apropriação de conhecimento e sucesso no contexto escolar.

Com a responsabilidade profissional e acadêmica de pensar sobre a inclusão escolar, como um processo que garante a aprendizagem do aluno, coloca-se, como uma resposta possível, a concepção de ensino colaborativo nas situações de práticas pedagógicas, no caso deste estudo, alunos com deficiência intelectual.

De acordo com Smith (2008), a deficiência intelectual é

³ Tais alunos estão definidos no âmbito da política nacional como aqueles com deficiências, altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 2008).

caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo expressadas nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas; tendo sua origem antes dos 18 anos.

Em relação à inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, é importante questionarmos como os professores têm trabalhado o currículo escolar com esses alunos.

Duarte (2008) aponta que não basta apoio legal. É preciso que sejam organizados programas de estudo para a qualificação de professores e de todos os profissionais envolvidos na escola. Além disso, há a necessidade de uma sala de aula diversificada, que realmente contribua para a melhoria da qualidade educacional oferecida aos alunos com deficiência matriculados no ensino regular.

Neste sentido, a parceria entre os professores do ensino regular e da educação especial vem configurando-se como uma das estratégias que pode favorecer a aprendizagem dos conteúdos contidos no currículo escolar para os alunos com deficiência.

A parceria entre esses professores se torna uma estratégia extremamente importante para o planejamento, avaliação e organização de recursos de ensino para os alunos com deficiência. Essa troca de saberes só é possível porque os professores regulares são especialistas em conteúdos específicos de uma determinada disciplina escolar, enquanto os professores de educação especial são especialistas em avaliação e conteúdos específicos sobre educação especial, necessárias para a elaboração das adaptações curriculares (SILVA, 2007).

O ensino colaborativo consiste em uma parceria entre os professores da rede regular de ensino e da educação especial, que dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar os procedimentos de ensino a um grupo heterogêneo de alunos (FERREIRA, MENDES, ALMEIDA e DEL PRETTE, 2007).

Para Mendes (2006), essa proposta de ensino surgiu como uma alternativa aos modelos educacionais existentes (sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais) visando, também, responder às demandas das práticas de inclusão dos alunos público alvo da Educação Especial.

Visando explorar essa proposta, o presente estudo insere-se na

ação acadêmica do grupo de pesquisa “Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD)” vinculado ao programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos.

Assim, o estudo teve por objetivo: (a) analisar o trabalho colaborativo entre os professores do ensino regular e da educação especial na aprendizagem do aluno com deficiência intelectual, (b) verificar, segundo a visão dos professores, como o trabalho colaborativo auxilia na elaboração das adaptações curriculares para o aluno com deficiência intelectual.

Adaptação curricular e trabalho colaborativo

O currículo escolar é o meio pelo qual são transmitidos os conhecimentos construídos ao longo da história da humanidade para os alunos. De acordo com Pacheco (2006) o currículo é “o conjunto de conteúdos a ensinar (organizados por disciplinas, temas, áreas de estudo) e como plano de ação pedagógica, fundamentado e implementado num sistema tecnológico” (2006, p. 33).

As escolas que centram suas aprendizagens em um mesmo currículo para todos os alunos, não levando em consideração suas diferenças, onde é trabalhada a homogeneidade, acabam por destacar cada vez mais as diferenças entre os alunos, entretanto, os alunos são diferentes entre si tanto no ritmo de aprendizagem, quanto na forma como enfrentam o processo educacional.

A inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual é realidade em nosso país, com isso é preciso discutir metas, modificações e estratégias diferenciadas para esses alunos obterem sucesso na aprendizagem dos conteúdos escolares. Uma estratégia é a adaptação curricular que permite que os alunos participem e se apropriem dos conteúdos que estão sendo trabalhados em sala de aula.

Conceitualmente as adaptações curriculares são: “[...] respostas educativas que devem ser dadas pelo sistema educacional, de forma a favorecer a todos os alunos e, dentre eles, os que apresentam necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2000, p. 8). E, segundo Zanata (2004) a adaptação curricular é a mudança no currículo escolar, de forma a atender as especificidades dos alunos

com deficiência.

Para tanto, segundo Marchesi (2004) a implementação das adaptações curriculares requer vários fatores, dentre eles a metodologia utilizada pelo professor, a forma como se trabalha com os alunos com deficiência e os meios pelos quais há o acesso ao currículo.

O currículo de cada escola reflete as práticas adotadas por esta e, como esta participa da e na aprendizagem dos seus alunos. Com isso, o professor que discute metas e realiza adaptações no currículo escolar para atender a demanda dos alunos com deficiência intelectual, se preocupa com a apropriação do conhecimento de todos os seus alunos.

Segundo Smith (2008) os professores têm que adaptar suas técnicas e ajustar o currículo de forma a acomodar as necessidades especiais de aprendizagem dos estudantes com deficiência.

O Ensino Colaborativo é uma prestação de serviço de educação especial no qual um professor regular e um professor da educação especial partilham a responsabilidade e planejam em parceria as ações para o grupo de alunos (MENDES; ALMEIDA; TOYODA 2011).

Este modelo de ensino é um processo que “emergiu como uma alternativa aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, como um modo de apoiar a escolarização de estudantes com deficiência em classes comuns” (MENDES, ALMEIDA; TOYODA, 2011, p. 85).

Para Machado e Almeida (2010) o real propósito do Ensino Colaborativo é permitir e proporcionar novos momentos e diferentes formas de aprendizagem, além de oferecer ao aluno público alvo da educação especial, um apoio a mais a partir do trabalho colaborativo dos professores. Nesse sentido, o ensino colaborativo e adaptação curricular possuem extensa e significativa interface.

Deste modo, o trabalho colaborativo é uma estratégia que pode contribuir para o planejamento e elaboração de adaptações dos conteúdos para o aluno com deficiência intelectual.

Para tanto, é importante que haja um engajamento e uma partilha de saberes entre os professores do ensino comum e da educação especial, para discutir metas, adaptações necessárias no

currículo escolar para o sucesso na aprendizagem desses alunos.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de cunho descritivo, com abordagem qualitativa, a partir da perspectiva de microestudo, ou seja, o estudo de uma realidade local e suas especificidades.

Participaram do estudo quatro professores do Ensino Regular⁴ e dois professores de Educação Especial⁵ que tinham em comum o mesmo aluno com deficiência intelectual.

Os dados sobre a caracterização dos professores participantes do estudo estão descritos no quadro 1.

Quadro1: Caracterização dos professores participantes do estudo.

INSTÂNCIA	PARTICIPANTES	IDADE	GÊNERO	TEMPO DE SALA DE AULA	FORMAÇÃO
Professor Ensino Regular	PER1	33	M	9 anos	Letras Especialização em Literatura
	PER2	45	M	12 anos	Matemática e Pedagogia Cursando especialização em Ensino da Matemática
	PER3	25	F	2 anos e meio	Pedagogia
	PER4	45	F	12 anos	Pedagogia Especialização em História da África
Professor Educação Especial	PEE1	28	F	5 anos (1 ano como educadora especial)	Pedagogia/habilitação em deficiência mental e Especialização em Educação Infantil
	PEE2		F	5 anos	Pedagogia Especialização em Filosofia e Mestrado em Educação Especial

Fonte: Relato dos professores

A pesquisa realizou-se em duas escolas da rede pública do Ensino Fundamental⁶ de uma cidade de médio porte, localizada no

⁴ Esses professores serão identificados como PER1, PER 2, PER 3 e PER 4.

⁵ Esses professores serão identificados como PEE1 e PEE2.

⁶ As escolas serão identificadas por A e B.

interior do estado de São Paulo.

Foi elaborado para a coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada, que foi aplicada aos professores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As respostas que os professores deram à entrevista em relação ao trabalho colaborativo e adaptação curricular como estratégia de ensino do aluno com deficiência intelectual, foram divididas em dois eixos temáticos, a saber: *Trabalho colaborativo entre os professores e Adaptação curricular como estratégias de Ensino*.

TRABALHO COLABORATIVO ENTRE OS PROFESSORES

Todos os professores relataram que nunca tinham ouvido falar em sua formação inicial sobre o trabalho colaborativo. Foi a partir da entrada dos professores da educação especial em suas salas de aula que começaram trocar conhecimentos e informações sobre este tipo de serviço prestado. Os professores PER1 e PER2, relataram que conversam com o professor da educação especial no o intervalo dos alunos e, às vezes, durante o horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).

Alguns relatos dos participantes destacam que as conversas com professores da educação especial são rápidas e acabam sendo superficiais.

Quando dá tempo sim. Pois são tantas salas e aulas que, falando a verdade, às vezes a gente não tem tempo de fazer isso [...] Se quando consegue, no intervalo, aquela parte do recreio, uns cinco minutinhos ou então quando a gente se encontra no HTPC. (PER1).

Dentro da sala de aula. Com a P5, às vezes, quando a professora de educação especial participa do HTPC (faz referência à professora da Sala de Recurso Multifuncional). Lembra-se que eu disse que é um contato superficial? Ou seja, ela tem a mim e a quarenta professores para conversar, então ela conversa cinco minutos, com os quarenta professores. Acontece no coletivo! A outra professora (faz referência à professora P5), que nos dá uma assistência, uma ou duas vezes por semana! Dentro do tempo que nós temos, eu digo que é satisfatório, mas eu acho que para o aluno está bom! (PER2).

Diante das respostas apresentadas pelos professores, percebeu-se que os mesmos necessitam de mais tempo em comum dentro da escola para poder trocar informações sobre o planejamento dos conteúdos para os alunos com deficiência intelectual.

Os professores PER1, PER2 e PEE2 apontaram que a comunicação entre os professores regulares e da educação especial deveria ser realizado em um horário e local específico, de forma a estar presente na jornada de trabalho destes profissionais.

Para estes professores, a parceria colaborativa só não é mais efetiva pela falta de uma política própria que apoie e dê auxílios aos professores para que essa parceria ocorra de forma eficaz.

Segundo Argueles, Huhes e Schumm (2000) há vários fatores importantes para a consolidação do Ensino Colaborativo, dentre eles o tempo para um planejamento comum das atividades e dos objetivos que serão ensinados aos alunos com necessidades educacionais especiais e os suportes que os professores devem receber da gestão escolar em apoio à efetivação da parceria colaborativa.

A prática do Ensino Colaborativo consiste em um trabalho de parceria entre os professores – ensino regular e da educação especial – no qual esses professores são responsáveis por planejar e compartilhar os objetivos de trabalho para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Quanto à comunicação, as professoras PER3 e PER4 declararam ter tido um bom diálogo com a professora P6, pois esta fica durante todo o período de aula nas salas de PER3 e PER4 prestando auxílio às professoras. As professoras relataram que havia troca de informações sobre os alunos – A2 e A3- e também sobre o planejamento das aulas, e conseqüentemente, na elaboração das adaptações das atividades. Segundo os relatos dos professores e de acordo com as poucas observações realizadas pela pesquisadora em sala de aula, é possível afirmar que quando os professores encontram um tempo comum para planejar as atividades, há o ensino colaborativo.

Assim, é imprescindível que os professores tenham um tempo dedicado à troca de informações para que estes possam discutir e analisar o trabalho realizado em prol do aluno com deficiência intelectual, tanto aspectos positivos quanto negativos, visando

sempre o processo de ensino e aprendizagem.

Como exposto, também foi perguntado aos professores sobre a importância do ensino colaborativo para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Todos afirmaram ser de extrema importância, pois, a parceria colaborativa permite que o aluno alcance sucesso escolar, já que um professor só e sem ter tido a oportunidade de ampliar seus conhecimentos acerca da educação especial, não é suficiente (MARQUES, 2013).

Eu acho que é muito importante. Eu acredito que tem que ter sim a parceria, mas como eu te disse, em uma escola em que você tem muitos alunos, com diversas disciplinas, infelizmente a gente vai garantir muito pouco. Por isso é importante um professor colaborativo. E em cada ano, ter um professor colaborativo, por exemplo, do 6º ano, do 7º ano, porque aí ele ficaria mais direcionado com aquelas disciplinas, e eu acho que aí daria para interagir melhor, talvez, assim, seria mais interessante. E os professores acabam falando pra mim assim “Ah! Você não vem na minha sala, e tal”, porque o professor também tem essa dificuldade, ele tem muito aluno, realmente tem sala muito difícil, problema de indisciplina, e às vezes não dá conta de dar a atenção que deveria. Então eu acho que é até mais importante para o aluno, ter contato com esse professor. E eu percebo que a motivação dos alunos quando você chega com atividade e eles fazem, e não ficam mais rabiscando o caderno (faz referência aos alunos público alvo da educação especial) (PEE1).

Para haver a educação para todos, primeiramente é necessário que haja um apoio colaborativo, que fundamentado no conhecimento de todos envolvidos no processo, para que se tenha uma prática transformadora da educação (JESUS, 2008).

A professora PEE1 relatou que é de extrema importância a parceria colaborativa entre os professores, mas a necessidade de haver mais de um professor colaborativo na escola, pois apenas um para atender todos os alunos público alvo da educação especial não é o suficiente. Segundo Machado e Almeida (2010, p. 345) o ensino colaborativo deve “criar opções para aprender e prover apoio a todos os estudantes em sala de aula de ensino regular, combinando as habilidades do professor comum e do professor especialista”.

Frente a isso, foi feita a seguinte questão aos professores: o que mudaria com a parceria colaborativa entre os professores regulares e da educação especial? Os seis professores foram unânimes em responder que o maior beneficiado seria o aluno com deficiência

intelectual e frisam que a práticas pedagógicas mudariam em função do aluno. Sendo assim, percebe-se que é preciso que haja dentro das escolas que têm alunos incluídos mais trabalho colaborativo entre os profissionais da educação especial.

Segundo a professora PEE2 o trabalho com o aluno com deficiência intelectual não pode ser um trabalho isolado e, se os professores buscarem uma parceria com os profissionais da educação especial haverá uma troca maior de conhecimentos para a potencialização da qualidade do atendimento a esses aos alunos.

Outro ponto destacado durante a entrevista foi de que os professores apontaram o ensino colaborativo como uma estratégia fundamental para a elaboração das adaptações curriculares para os alunos com deficiência intelectual.

Quando pude contar com a professora do AEE e da sala regular, o trabalho do Ensino Colaborativo fluiu e muito. Inclusive tem avanços cognitivos em alunos que acompanhei e que se deve a atuação da professora do AEE. (PEE2).

Nesse relato, evidencia-se que nas relações entre professor-aluno-professor haverá sempre um ganho em conhecimento no qual há sempre o que aprender e ensinar. E que com isso, o Ensino Colaborativo é uma ferramenta importante na consolidação da inclusão escolar, uma vez em que trabalha com uma abordagem metodológica inovadora, que foca no trabalho equipe fundamental para a inclusão dos alunos com deficiência.

ADAPTAÇÃO CURRICULAR COMO ESTRATÉGIAS DE ENSINO

Quanto à adaptação curricular, vários pontos importantes foram evidenciados. Um destes pontos é o profissional responsável pelas adaptações curriculares.

Os professores PER1 e PER2 declararam terem adaptado uma atividade apenas, uma única vez, e que deixavam para a professora da educação especial fazer as adaptações dos materiais e das atividades para o aluno A1.

A professora PEE1 declarou que era sempre ela a responsável por fazer as atividades para o aluno A1 a partir do livro didático

utilizado nas aulas de português e matemática. PEE1 relatou que primeiramente orientava os professores de como o aluno aprende melhor, mas sempre acabava planejando as atividades para o aluno com deficiência intelectual na hora da aula, a partir daquilo que estava sendo trabalhado em sala de aula. Segundo relatos da professora de educação especial nenhum professor entregava com antecedência os conteúdos que seriam trabalhados e a sua única referência era o livro de didático.

Além das atividades de aula, a professora PEE1 também era responsável pelas avaliações do aluno A1. É esta professora que elabora e aplica as avaliações do aluno A1 na sala de recursos multifuncional, ou seja, fora da sala de aula, separado dos demais alunos e que corrige a avaliação, é o professor da disciplina correspondente.

Podemos observar nos relatos que a falta de uma definição de papéis necessária quando há dois professores (educador especial e professor regular) trabalhando juntos em prol do desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual. Assim, é importante saber diferenciar o trabalho de cada professor: se o professor regular é quem ministra as aulas de matemática, por exemplo, é ele quem deve elaborar as atividades e as avaliações com o auxílio do professor colaborador para que haja a adaptação necessária para cada tipo de necessidade do aluno.

O relato da PEE1 é relevante em relação ao benefício do ensino colaborativo como estratégia na elaboração de acessibilidade curricular e deverá acontecer se os professores planejassem juntos as aulas e as avaliações dos alunos com deficiência intelectual, adaptando assim, e de forma adequada, os conteúdos para estes alunos.

Por sua vez, as professoras PER3, PER4 e PEE1 dividem as tarefas: as professoras PER3 e PER4 fazem o planejamento e repassam para PEE1, que faz demonstrações e conversa com estas professoras sobre como adaptar as atividades e materiais. Segundo os relatos destas três professoras, ao dividir as tarefas não há excesso de trabalho para ninguém e assim, todas sabem os conteúdos que serão trabalhados em sala de aula, além de haver a troca de informações para pensarem nas adaptações para os alunos A2 e A3. A atenção

das professoras também era dividida com o aluno: ora uma PER3 ou PER4 auxiliavam o aluno a fazer as atividades, ora era PEE1:

No começo eu preparava sozinha, e aí eu tive certa dificuldade porque eu não tinha nenhuma informação sobre como é que tava o desenvolvimento dele e era difícil para fazer uma avaliação também sabe? E aos poucos eu fui vendo algumas coisas, fui tentando dar algumas atividades e com isso eu fui vendo, mais ou menos, como é que o A2 estava e fui elaborando mais atividades. Depois eu recebi a ajuda da professora da educação especial aqui da escola (fala sobre a professora da SRM). No início nós trabalhamos juntas, mas assim, era eu que preparava as atividades, ela orientava um pouco e a gente ia tentando, dentro do possível fazer uma atividade que, ou pelo menos tivesse o mesmo tema e dentro do possível, fazer o mais próximo da sala. (PER3).

Observa-se que há uma premissa da parceria colaborativa, pois, o ensino colaborativo pressupõe que o planejamento das aulas assim como os objetivos seja realizado em conjunto pelas professoras regulares e da educação especial e no caso apresentado, o planejamento era feito pelas professoras regulares, P3 e P4, e enviado via e-mail para P6.

Porém, esse poderá ser um caminho para haver uma parceria colaborativa nas escolas regulares, pois, ao encontrar um modo de haver a comunicação entre os profissionais envolvidos, é possível possibilitar aos alunos com deficiência intelectual uma escolarização mais eficaz.

Entretanto, é preciso lembrar e reforçar que o Ensino Colaborativo não é a “solução” para a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais, uma vez que a inclusão escolar envolve vários fatores como recursos financeiros, formação inicial adequada, uma reestruturação da escola regular brasileira etc., mas sim, uma resposta positiva frente à escolarização destes alunos.

Quanto à avaliação, P3 avaliava seu aluno A2 por meio de registros diários (tudo o que o A2 fazia durante as aulas) e quando possível conciliava as provas da sala com o que ele sabe fazer.

Já a professora PER4 relatou não adaptar as avaliações da turma para o aluno devido aos conteúdos estarem um pouco além do que ele sabe fazer, desta forma a avaliação de A3 era uma avaliação processual. A professora PEE1 confirma estes dois relatos ao dizer que os alunos A2 e A3 não faziam provas, mas eram avaliados pelas

suas professoras de maneira processual, sempre levando em conta a potencialidade do aluno.

A finalidade da avaliação é permitir ao professor avaliador, conhecer melhor seu aluno e mais do que isso, a avaliação deve ser definida como “adequar novas propostas e situações-problemas suscitados (a novidade) às necessidades e possibilidades dos alunos [...]” (HOFMANN, 2001, p. 87).

Além disso, a proposta das avaliações deve ser de forma a adequar as possibilidades cognitivas do aluno, acompanhando o seu ritmo e especificidades (HOFMANN, 2001).

Os dados evidenciam que os professores têm dificuldade em propor estratégias de acessibilidade curricular proporcionando condições de aprendizagem para os alunos com deficiência intelectual.

No que se refere à inclusão escolar, o estudo mostrou que os professores precisam de auxílio para suprir as suas dificuldades no planejamento dos conteúdos para potencializar e dinamizar a aprendizagem dos alunos e o ensino colaborativo se mostrou uma proposta positiva e efetiva na consolidação de tal objetivo. A partir dessa parceria, novas condições serão oferecidas para o desenvolvimento das habilidades escolares dos alunos com deficiência intelectual, além de, possibilitar aos professores envolvidos neste processo, momentos de pensar e planejarem juntos as adaptações das atividades, sempre um contribuindo e trocando com o outro, novos conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se pensa na aprendizagem escolar de alunos com deficiência intelectual em escola regular, não há como efetivá-la sem considerar a individualização do ensino para atender as especificidades que se apresentarem. As adaptações curriculares aparecem, então, como instrumentos, estratégias para atender as características específicas desses alunos.

Os dados encontrados no estudo indicam que a falta de tempo para planejar estratégias de adaptação curricular dos conteúdos escolares é a principal queixa dos professores tanto da educação

especial como do ensino regular. Os resultados demonstraram que os professores não utilizam nenhuma metodologia de ensino específica para auxiliar na aprendizagem desses alunos.

No que se refere à parceria colaborativa como serviço de educação especial no qual o professor de educação especial e o professor do ensino regular dividem a responsabilidade no planejamento das aulas, constatou-se dificuldade nesse trabalho nas escolas alvo deste estudo.

Foi possível constatar pelos relatos analisados que o trabalho colaborativo contribui para o desenvolvimento das adaptações curriculares e conseqüentemente, para potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual através da elaboração de estratégias curriculares conjuntas dos objetivos escolares realizadas pelos professores.

No entanto, os resultados não podem ser generalizados em decorrência de a amostra pesquisada ter sido pequena, mas estudos com amostras mais ampliadas são indicados, a fim de generalizar a pesquisa. Apesar disso, os dados do presente estudo são indicativos de possíveis intervenções com a população alvo.

Todavia, espera-se que as questões levantadas neste estudo possam contribuir com o campo científico da escolarização de pessoas com deficiência intelectual.

Abstract: The curricular adaptation is a teaching strategy to allow to students with intellectual disabilities one way to get hold of school contents. To enable this strategy, teachers of regular education and special education teacher need to work together. The co-teaching type that aim the partnership between teachers of regular education and special education teacher to prepare together classes actions, to allow the school and social development of student with disability. This paper was aimed: analyze the collaborative work between regular education teacher and special education teacher to student with intellectual disability learning, according with their teacher's view how the co-teaching helps in the curricular adaptations for student with intellectual disability. This study had the basic references the qualitative research, with a micro study perspective. The data were collected in two public schools of elementary school in the interior

of Brazilian state of São Paulo. Participated of this study, four teacher of regular education and two special education teachers, who had the same student with intellectual disability in common. The data collection instrument were utilized semi structured interview guide (one for regular education teacher and the other for the special education teacher), one structured participant observation guide and one daily check-in. The data were organized and looked at on analyze categories. As search results, were showed that the teacher found difficult to establish the collaborative partnership, because of the little of time that booth had to plan together the contents that will be taught.

Keywords: Special Education. Co-teaching. Curricular adaptation. Intellectual disability

Referências

ARGUELES, M. E., HUGHES, M. T., SCHUMM, J. S. Co-teaching: a Different Aproach to inclusion. **Principal** (Reston, Va) 79 n. 4 48, 50-1 Mr. 2000.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva-** Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília, 2000, p. 25.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 2012.** Fixa as diretrizes e bases da educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

CAPELLINI, V. L. M. F., MENDES, E.G. O Ensino Colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar. **Educare et Educare - Revista de Educação**, Cascavel, v. 2, n. 4, jul./dez. 2007, p. 113-128

DUARTE M. **Síndrome de Down**: Situação Escolar no Ensino Fundamental e Médio da cidade de Araraquara-SP. 2008. 181f. Tese (Tese de Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FERREIRA, B.C., Mendes, E.G., Almeida, M.A., & Del Prette, Z.A.P. Parceria colaborativa: Descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. **Revista Educação Especial (UFSM)**, 29, p. 9-22, 2007.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do cominho. Porto Alegre: Mediação, 2001. p. 144.

JESUS, D. M. de. Formação de Professores para inclusão escolar: instituindo um lugar de conhecimento. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; HAYASHI, M.C.P.I. **Temas em Educação Especial**: conhecimentos para fundamentar a prática. Araraquara (SP):

JUNQUEIRA & MARIN; Brasília, DF: CAPES-PROESP, 2008, p. 75-82.

MACHADO, A. C., ALMEIDA, M. A. Parceria no contexto escolar. **Revista Psicopedagogia**, 2010; v. 27, n. 8, p. 344-51.

MARCHESI, A. A prática das escolas inclusivas. In: COLL, A., MARQUESI, A., PALACIOS, J. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**: Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 31 – 52.

MARQUES, A. N. **Parceria colaborativa e adaptação curricular**:

a visão dos professores. 2013. 77f. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC em Licenciatura em Educação Especial) – Curso de Licenciatura em Educação Especial: UFSCar, São Carlos, 2013.

MENDES, E. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade.** Marília, 2006. p. 29-41.

MENDES, E. G., ALMEIDA, M. A., TOYODA, C. Y. **Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular.** Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011.

PACHECO, J. **Estudos curriculares:** para a compreensão crítica da educação. Porto: Porto Editora, 2006.

SILVA, A. M. da. **Buscando componentes da parceria colaborativa na escola entre família de crianças com deficiência e profissionais.** 130f. Dissertação de Mestrado – UFSCar: São Carlos, 2007.

SMITH, D. D. **Introdução à educação especial:** ensinar em tempos de inclusão. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 480.

ZANATA, E. M. **Práticas pedagógicas inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.** Doutorado (Educação do Indivíduo Especial). CECH Centro de Educação e Ciências Humanas. EESP, São Carlos: UFSCar, 2005. 198 p.

